

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Estado de São Paulo*

Class.: 70

Data: 29.03.79

Pg.:

Sentença alegre Barra do Garças

Do enviado especial

BARRA DO GARÇAS — E finalmente, após 34 horas de julgamento, o juiz Antonio Humberto Cesar leu sua sentença: o réu João Marques de Oliveira, o João Mineiro, estava absolvido da acusação de ter matado o padre Rodolf Lukeinbein, o índio Simão Cristino e o menor Aloísio Bispo, em tiroteio ocorrido no dia 15 de julho de 1976 na missão salesiana de Merure. Desde então, os tiros e as mortes passaram a ser conhecidos como a "Chacina do Merure".

Para a assistência de umas 200 pessoas, que lotava o Tribunal do Júri de Barra do Garças, parecia que tudo aquilo era um espetáculo de teatro que chegava ao fim. Faltaram cortinas e aplausos, mas o resto era igual: o assistente da acusação, advogado Safe Carneiro — que pouco antes havia dito que o réu era um "assassino covarde que matou pelas costas um garoto filho de um seu próprio companheiro" — cumprimentava João Mineiro com um forte abraço, enquanto pedia desculpas por ter-se exaltado na acusação; João Mineiro — que havia passado dois dias no banco de réus, combatido, tomando remédios e olhando triste para o chão — já sorria ao receber efusivos cumprimentos dos advogados da defesa e da acusação, dos amigos e de funcionários da Justiça; o advogado José Marcelino de Pádua — que havia chorado durante todo o tempo em que fez a defesa de João Mineiro — entre sorrisos, recebia um forte abraço do promotor, também sorridente. A maior parte da assistência também estava sorridente, feliz com o resultado do julgamento.

Calados, sérios, aparentemente sem entender as efusivas congratulações entre acusações, réu e defesa, uma meia dúzia de bororos deixou o Tribunal, em companhia de um padre da missão Merure. Não houve nenhum gesto ou expressão de protesto ou revolta por parte dos índios, que nunca acreditaram na possibilidade de condenação de João Mineiro.

No fim, dissipava-se toda a tensão que antecedeu o júri. Temia-se que os índios pudessem promover manifestações de protestos contra a absolvição, ou que fazendeiros fizessem comemorações ruidosas e provocativas. Nada disso ocorreu.

Nas vésperas do julgamento, a Funai levou de volta a suas aldeias diversos grupos de bororos e xavantes, que tinham vindo a Barra do Garças para ver o júri. A comemoração dos fazendeiros limitou-se a uma reunião na casa de João Mineiro, com champanha e cerveja para festejar a absolvição, em ambiente de confraternização familiar.

Apesar do julgamento tranquilo, com resultado já esperado, ninguém acredita que ele tenha sido um "happy-end" pa-

ra o drama dos constantes — e cada vez mais sérios — atritos entre fazendeiros e índios. Os motivos da "chacina do Merure" continuam existindo: os limites daquela reserva ainda não foram demarcados e nem foram englobados pela reserva. Ao mesmo tempo, outras reservas — entre elas a de Pimentel Barbosa, no mesmo município de Barra do Garças — são ampliadas, sem que sejam indenizados os fazendeiros e colonos, que muitas vezes acabam perdendo tudo que têm. Esses prejuízos, além dos choques diretos com os índios, criam um clima de ódio à Funai, que sempre acaba sendo descarregado sobre os indígenas.

"Agora é que nós vamos ter muitos Joãos-mineiros por aqui" — sentenciavam, quase que a uma só voz, fazendeiros, padres e funcionários da Funai. E a explicação é simples: o julgamento confirmou a impunidade (já legendaria, no País) de quem mata índio. E isso, certamente encorajará os fazendeiros a enfrentar, a bala, xavantes e bororos. Ninguém mais acredita que as fazendas voltem a ser tomadas por índios sem resistência dos brancos, como aconteceu no fim do ano passado, nas vizinhanças da reserva de Pimentel Barbosa. Por outro lado, descrentes da justiça dos civilizados, os índios poderão começar a aplicar sua própria justiça. E nela só existe uma pena: a morte.

OS FATOS

Em julho de 1976, uma portaria da Funai havia decidido ampliar a reserva do Merure e o padre Rodolf Lukeinbein, diretor da missão salesiana, foi encarregado de orientar a equipe de topografia que iria demarcar os novos limites.

Os fazendeiros vizinhos, liderados por João Mineiro, se revoltaram contra a demarcação que estava sendo feita em terras que eles haviam comprado e não haviam sido desapropriadas pelo governo. Convocados por João Mineiro, mais de 50 fazendeiros, posseiros e peões — a maior parte armada de revólveres e facas — foram até o local da demarcação, na manhã do dia 15 de julho, e tomaram os instrumentos de topografia, bem como as espingardas de quatro bororós que acompanhavam a equipe de topógrafos.

Depois, foram à sede da missão salesiana, onde discutiram com os padres Uchoa e Rodolf. O diretor da missão chegou a tomar o nome dos fazendeiros presentes.

Após a tomada de nomes, houve uma discussão ainda mais áspera e começou o tiroteio. No local, morreram o padre Rodolf e o menor Aloísio Bispo, filho de um companheiro de João Mineiro. O índio Simão Cristino morreu quando era levado para o hospital. Mais quatro índios foram feridos gravemente e outros receberam ferimentos leves.

Jornalista ameaçado

Arrependido de ter declarado em entrevista que a paz na região só viria após a morte de uns 10 xavantes, mas também se confessando envaldecido de ter mostrado uma imagem de homem valente, que o fez "mais respeitado entre os índios", o fazendeiro Diogo Correia Nunes ameaçou de morte o jornalista Luis Salgado Ribeiro, correspondente de *O Estado* em Cuiabá — e autor da reportagem com as declarações do fazendeiro publicada no dia 7 de janeiro — e o padre Antonio Iasi, ex-secretário do Conselho Indigenista Missionário.

A ameaça de morte, testemunhada por muitas pessoas e não cumprida porque o padre Iasi segurou o revólver niquelado do fazendeiro, mesmo correndo o risco de levar um tiro, veio prosseguir uma discussão iniciada segunda-feira, no fórum, onde João Mineiro estava sendo julgado. À noite, Diogo

Correia foi casualmente encontrado em um bar, já embriagado, quando retomou a discussão pacificamente encerrada horas antes. Saindo à rua, passou a gritar que ia matar o jornalista, e logo começou a agredi-lo.

Enquanto Luis Salgado recorria a um policial que montava guarda no fórum, o fazendeiro dirigiu-se ao hotel em Barra do Garças, onde se hospedava, para apanhar seu revólver. Armado, quis sair, mas foi impedido pelo padre Iasi, que segurou o revólver pelo cano e o prendeu entre as pernas. Mais tarde, um pouco mais calmo, Diogo Correia foi dormir com outra idéia: não ia matar o jornalista, "só dar uns tapas". A ocorrência e a ameaça de morte foram comunicadas ao juiz de Direito de Barra do Garças e ao comandante do destacamento local da Polícia Militar.